

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018



Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO ANO DE 2018	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONTAS ANUAIS.....	8
2.1 - Balanço	8
2.2 – Demonstração de Resultados e <i>Cash Flow</i>	8
2.2.1 – Quadro de Gastos de Exploração	9
2.2.2 – Quadro de Rendimentos de Exploração	9
2.2.3 – Quadro Comparativo dos Valores do Exercício de 2018 com o Respetivo Orçamento Aprovado	10
2.3 – Fundo de Maneio	10
3. PESSOAL (COLABORADORES) E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DO PORTO E MAIA.....	11
4. UTENTES INSTALADOS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E MENSALIDADES COBRADAS	12
5. FACTOS RELAVANTES NO ANO DE 2018.....	13
5.1 – Manutenção, Obras e Aquisição de Equipamentos	13
5.2 – Execução Orçamental.....	13
5.2 – Quadro de Pessoal.....	13
5.3 – Utentes e Serviços Prestados	13
5.4 – Qualidade na Gestão	13
 CONTAS DE 2018	15
A. BALANÇO	17
B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	18
C. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	19
D. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	20
E. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	22
1. Identificação da Entidade	22
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	22
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	22

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018



3.1 – Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras	22
3.2 – Bases de Mensuração Usadas	24
3.2.1 – Ativos Fixos Tangíveis	24
3.2.2 – Propriedades de Investimento	25
3.2.3 – Ativos Intangíveis	25
3.2.4 – Instrumentos Financeiros	26
3.2.5 – Fundos Patrimoniais	27
3.2.6 – Provisões	27
3.2.7 – Financiamentos Obtidos	28
3.2.8 – Estado e Outros Entes Públicos	28
3.2.9 – Subsídios do Governo e apoios do Governo	29
3.3 – Principais Pressupostos Relativos ao Futuro	29
3.4 – Principais Fontes de Incerteza das Estimativas	29
4. Ativos Fixos Tangíveis	30
5. Ativos Intangíveis	31
6. Custos de Empréstimos Obtidos	32
7. Réditos	32
8. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	32
9. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	33
10. Benefícios dos Empregados	33
11. Acontecimentos Após Data de Balanço	34
12. Outras Divulgações	34
12.1 – Investimentos Financeiros	34
12.2 – Clientes e Utentes	34
12.3 – Outras Contas a Receber	35
12.4 – Diferimentos	35
12.5 – Caixa e Depósitos Bancários	35
12.6 – Fundos Patrimoniais	36
12.7 – Fornecedores	36
12.8 – Estado e Outros Entes Públicos	36
12.9 – Outros Passivos Correntes	37
12.10 – Fornecimentos e Serviços Externos	37
12.11 – Outros Rendimentos	37
12.12 – Outros Gastos	38
12.13 – Resultados Financeiros	38

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Silvío Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO ANO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 198 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000 455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

6

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Silvío Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-008

1. INTRODUÇÃO

Como habitualmente e de acordo com os Estatutos, a Direção da ANSE apresenta e justifica a sua atividade exercida ao longo do ano de 2018.

Naturalmente que o faz, mostrando quadros demonstrativos, fáceis de entender e comparando-os com o Orçamento de 2018, aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de novembro de 2017. Este é um documento orientador que regista uma atividade exercida de forma controlada, e para além dos valores financeiros, mostra a evolução dos mesmos nos últimos três anos.

Completa-se a informação prestada com vários valores estatísticos que auxiliarão quem ler o documento.

Por último, abordam-se alguns factos significativos, ocorridos em 2018 e dignos de referência.

2. CONTAS ANUAIS

2.1 – Balanço

- No Exercício de 2018, os valores que se referem ao total do Ativo Líquido (EUR 3.224.812,00) alteraram-se para menos 2,3%, em relação a 2017 (EUR 3.301.324,65). O Ativo não Corrente, que regista especialmente o Imobilizado, tem uma variação negativa, influenciada pelas Amortizações.
- O Passivo não Corrente, totalizando EUR 431.976,99, regista um aumento de 6,9% em relação ao Exercício de 2017. Aquele valor é resultante, essencialmente, do aumento das Provisões. A rubrica de financiamentos obtidos mostra um decréscimo de EUR 57.957,70, o que é de salutar.
- Os Resultados Líquidos de EUR 34.554,82 correspondem à diferença entre os Rendimentos, fixados em EUR 1.911.923 e o total dos Gastos (EUR 1.877.368).

As variações percentuais foram de mais 15,2% nos Gastos e de mais 14,24% nos Rendimentos, pelo que, relativamente a 2017, os resultados passaram de EUR 44.241 para EUR 34.555.

2.2 – Demonstração de Resultados e Cash Flow

- A verba registada em Vendas e Serviços Prestados corresponde à lotação máxima dos estabelecimentos da Maia e do Porto (salvo períodos ocasionais com vagas, resultantes de falecimentos).
- Os Resultados antes das Depreciações apresentam-se positivos (EUR 158.641,19).
- O Cash Flow apresenta-se do seguinte modo:

✓ Resultados líquidos	34.554,82€
✓ Depreciações/Amortizações	124.086,37€
✓ Variação das Provisões	85.755,50€
✓ Imparidades	+ 401,91€
	(1) 244.798,60€
✓ Juros e Gastos Similares	(2) 10.076,34€
(1) + (2) = EUR 254.874,94	

2.2.1 – Quadro de Gastos de Exploração

Quando comparamos com o ano de 2017, a variação mais relevante relaciona-se com o aumento das Provisões/Amortizações. Nas outras rubricas verifica-se uma evolução natural dos valores, decorrente essencialmente dos aumentos salariais e da inflação. Percentualmente, os Gastos com Pessoal estabilizaram e o FSE diminuiu. Para tal contribuiu o facto de, no início de 2018, a ANSE Maia ter atingido a sua lotação máxima (e consequente maior diluição de custos fixos por utente).

Designação	Valores (EUR)			%		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Fornec. Serv. Externos (FSE)	547.783€	524.447€	519.029€	29,2	32,2	38,1
Gastos c/ Pessoal	1.072.223€	940.918€	700.813 €	57,1	57,7	51,5
Provisões / Amortizações	238.344€	151.243€ (a)	111.100 €	12,7	9,3	8,2
Outros Gastos	19.018€	12.768€ (b)	31.272 €	1	0,8	2,2
Totais	1.877.368€	1.629.376€	1.362.214 €	100	100	100

Notas:

(a) 64 -- Gastos Depreciação: 124.086 €

67 -- Provisões: 114.258€

(b) 68 -- Outros: 8.942 €

69 -- Gastos de Financiamento: 10.076 €

2.2.2 – Quadro de Rendimentos de Exploração

Designação	Valores			%		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Prestação de Serviços (Utentes)	1.367.061€	1.226.755 €	971.993 €	71,5	73,3	67,6
Subsídios Estado	290.822€	291.821 €	283.433 €	15,2	17,5	19,7
Rend. Financeiros	1.890 €	0 €	0€	0,1	0	0
Outros Rendimentos	224.050€	153.813 €	172.556 €	11,7	9,2	12,0
Reversões	28.100€	1.228 €	10.000€	1,5	0	0,7
Totais	1.911.923€	1.673.617€	1.437.982 €	100	100	100

Resultado Líquido: 34.554,82 €

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvia Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

2.2.3 – Quadro Comparativo dos valores do Exercício de 2018 com o respetivo Orçamento Aprovado

Gastos	Exercício 2018	Orçamento 2018	Diferença
62 – Fornec. Serviços Externos	547.783€	540.756€	7.027€
63 – Gastos c/ Pessoal	1.072.223€	1.105.512€	(33.289)€
64 – Gastos de Depreciação	124.086€	114.600€	9.486€
65 – Perdas por Imparidade			
66 – -----			
67 – Provisões do Exercício	114.258€	4.008€	110.250€
68 – Outros Gastos	8.942€	9.708€	(766)€
69 – Gastos de Financiamento	10.076€	26.640€	(16.564)€
Totais	1.877.368€	1.801.224€	76.144€
Rendimentos	Exercício 2018	Orçamento 2018	Diferença
72 – Prestação Serviços (Familiars)	1.367.061€	1.352.652€	14.409€
75 – Subsídios e Doações	290.822€	287.412€	3.410€
76 - Reversões	28.100€	2.016€	26.084€
78 – Outros Rendimentos	224.050€	147.804€	76.246€
79 – Juros de Dívidas	1.890€	1.200€	690€
Totais	1.911.923€	1.791.084€	120.839€

Verifica-se que o total dos Gastos ficou acima do Orçamento (essencialmente pelo aumento das Provisões) e os Rendimentos acima do previsto (por força da alienação do edifício sito à Rua do Falcão, no Porto e da respetiva mais valia gerada).

2.3 – Fundo de Maneio

O valor do Fundo de Maneio agora calculado é de EUR (202.998,43), negativo, o que não surpreende, dada a juventude da estrutura da Maia. Refira-se, nesta matéria, a melhoria relativamente ao ano anterior, onde se registou um valor negativo de EUR (331.038,77) do Fundo de Maneio.

3. PESSOAL (COLABORADORES) E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DO PORTO E MAIA

O quadro abaixo indicado ilustra o crescimento do número de funcionários e os seus efetivos à data de 31 de dezembro de 2018. A variação entre 2017 e 2018 (4 funcionários) reflete a lotação máxima de clientes, atingida no início de 2018, na ANSE Maia, e a consequente estabilização do quadro de pessoal.

COLABORADORES						
CATEGORIAS	PORTO		MAIA		TOTAL	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
<i>Ajudante de Ação Direta 1ª</i>	3	3	2	3	5	6
<i>Ajudante de Ação Direta 2ª</i>	4	4	1	3	5	7
<i>Ajudante de Ação Direta 3ª</i>	1	4	8	10	9	14
<i>Animadora Cultural</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Assistente Social de 1ª</i>	1	1	1	1	2	2
<i>Assistente Social de 3ª</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Assistente Administrativo</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Diretor Geral</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Chefe de Serviços Administrativos e Financeiros</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Encarregada Serviços Gerais</i>	0	0	1	2	1	2
<i>Porteiro 2ª</i>	0	0	2	2	2	2
<i>Escriturária Principal</i>	0	0	1	1	1	1
<i>Gestor de Marketing</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Lavadeira</i>	1	1	1	0	2	1
<i>Trabalhador Auxiliar</i>	13	10	24	22	37	32
<i>Trabalhadora Limpeza</i>	1	1	2	3	3	4
TOTAL					72	76

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

4. UTENTES INSTALADOS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E MENSALIDADES COBRADAS

UTENTES						
Tipo	PORTO		MAIA		TOTAL	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Permanentes	35	35	53	56	88	91
Temporários	0	0	1	0	1	0
TOTAL					89	91

Por razões evidentes, nomeadamente a existência de Acordo de Cooperação com a Segurança Social para o estabelecimento do Porto, são diferentes as mensalidades cobradas na ANSE Porto e na ANSE Maia. Na ANSE Porto, em 2018, a média cobrada foi de EUR 790,02, enquanto na ANSE Maia a média atingiu os EUR 1.538,98.

MENSALIDADES *							
Escalação	Média (EUR)	PORTO		MAIA		TOTAL	
		2017	2018	2017	2018	2017	2018
De 0€ a 250€	250€	0	0	0	0	0	0
De 251€ a 500€	375€	2	2	0	0	2	2
De 501€ a 750€	625€	10	6	0	0	10	6
De 751€ a 1.000€	875€	23	27	0	0	23	27
De 1.001€ a 1.250€	1.125€	0	0	2	0	2	0
De 1.251€ a 1.500€	1.375€	0	0	35	22	35	22
Mais de 1.501€	1.500€	0	0	16	34	16	34
TOTAL						88	91

* Exclui-se os Utentes temporários

5. FACTOS RELEVANTES NO ANO DE 2018

5.1. Manutenção, Obras e Aquisição de Equipamentos

Durante 2018 realizaram-se aos trabalhos de manutenção dos edifícios e equipamentos, necessários para assegurar o normal funcionamento dos dois estabelecimentos.

Na ANSE Porto procedeu-se á renovação do mobiliário mais degradado dos quartos, com a aquisição de novos armários roupeiros e cómodas. Também se realizaram obras de renovação de todas as instalações sanitárias dos utentes (pavimentos, tetos, paredes e peças sanitárias).

Por seu lado, na ANSE Maia, foi adquirido e instalado mobiliário urbano para o jardim (bancos, mesas, pérgolas, estrados, baloiço), criando melhores condições para os Utes e seus familiares usufruírem do espaço exterior. Foi resolvido o problema de climatização, nos picos de calor do Verão, com a aquisição de equipamentos de climatização para as salas de trabalho e zonas comuns utilizadas pelos utentes e visitas. Ao nível de obras, construiu-se um salão de beleza e uma sala de apoio para as encarregadas, e substituiu-se o pavimento da sala de enfermagem.

5.2. Execução Orçamental

Nesta matéria, verifica-se que a execução orçamental do ano de 2018 foi influenciada, nos Gastos, pela necessidade de reforçar as Provisões existentes, e nos Rendimentos, pela alienação dos dois prédios urbanos (sitos á Rua do Falcão e Rua do Monte de Campanhã, no Porto).

5.3. Quadro de Pessoal

Conforme se pode observar no Quadro de Pessoal (ponto 3), o número de colaboradores da ANSE aumentou 5,6% durante 2018, decorrente da lotação máxima da ANSE Maia ter sido atingida no início do ano de 2018.

5.4. Utes e Serviços Prestados

A preocupação constante no cumprimento da Missão da ANSE, reflete-se na melhoria contínua dos serviços prestados aos Utes, adequando-os às suas necessidades. De salientar em 2018, o aumento do número de horas de atividades de terapia ocupacional, na ANSE Porto.

Outra das maneiras de atingir o objetivo de melhoria dos serviços prestados passa pelo aumento das competências e qualificação dos colaboradores, através da formação profissional. Neste âmbito, no ano de 2018 foram promovidos cinco cursos, correspondentes a nove ações de formação, num total de 116 horas e 145 formandos.

5.5. Qualidade na Gestão

A dinâmica estabelecida pela Direção, quer na gestão dos assuntos correntes da Instituição, quer no planeamento, está refletida nos resultados agora apresentados, findo o último ano do seu mandato (2015-2018).

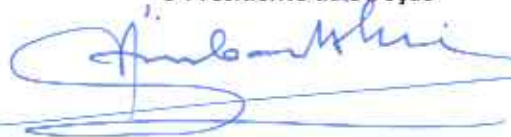
O trabalho realizado pela Direção da ANSE não seria possível sem o apoio dos outros Órgãos Sociais. Por isso, cumpre-nos agradecer a colaboração prestada à Direção, nomeadamente:

- Pela Mesa da Assembleia Geral, em especial o seu Presidente, pelo excelente relacionamento mantido com a Direção e o acompanhamento constante dos assuntos da Instituição, bem como a condução dos trabalhos das Assembleias Gerais que decorreram em 2018;
- Pelo Presidente cessante do Conselho Fiscal, que exerceu o cargo durante cinco mandatos consecutivos. Para ele, um agradecimento muito especial;
- Ao Conselho Fiscal e à sua atual Presidente em particular, que recentemente iniciaram o seu mandato e já demonstraram grande empenho e sintonia com esta Direção.

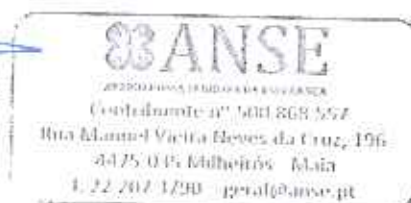
Por último, queremos agradecer ao Quadro de Pessoal e à Equipa Clínica, que são o rosto da nossa Instituição, contribuindo diariamente para a elevação do nível dos serviços prestados pela ANSE. Temos muito orgulho nesse trabalho coletivo, que no dia-a-dia proporciona aos nossos Utentes o bem-estar e carinho que merecem.

Maia, 13 de fevereiro de 2019

O Presidente da Direção



Sílvia Carvalho de Oliveira



CONTAS DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-155 Porto
NIPC 500 868 557 | tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

A. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;4	2.814.322,17	2.901.363,34
Propriedades de investimento	3;4		101.577,50
Ativos intangíveis	3;5	10.275,61	2.963,27
Investimentos financeiros	3;12.1	9.235,97	6.264,12
Subtotal		2.833.833,75	3.012.168,23
Ativo corrente			
Clientes	12.2	797,97	2.187,84
Outras contas a receber	12.3	11.985,43	495,00
Diferimentos	12.4	4.782,50	3.989,69
Caixa e depósitos bancários	12.5	373.412,35	282.483,89
Subtotal		390.978,25	789.156,42
Total do Ativo		3.224.812,00	3.801.324,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.6	130.456,79	130.456,79
Resultados transitados	12.6	759.113,42	714.871,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1.334.103,99	1.387.380,06
		34.554,82	44.241,43
Resultado Líquido do período		2.258.229,02	2.276.950,27
Total dos Fundos Patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	163.955,50	78.200,00
Financiamentos obtidos	6	208.650,80	325.979,19
Subtotal		372.606,30	404.179,19
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	31.651,17	58.301,65
Adiantamentos a clientes		8.449,64	
Estado e outros Entes Públicos	12.8	75.572,05	25.172,47
Financiamentos obtidos	6	109.370,69	60.000,00
Diferimentos	12.4	170.657,76	220.501,28
Outros passivos correntes	12.9	248.275,37	256.219,79
Subtotal		593.976,68	620.195,19
Total do passivo		966.582,98	1.024.374,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.224.812,00	3.801.324,65

Maia, 13 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC N° 5077

A Direção



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000 455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	1.367.061,21	1.226.754,99
Subsídios, doações e legados à exploração	9	290.822,43	291.821,46
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(547.782,70)	(524.447,22)
Gastos com o pessoal	10	(1.072.223,35)	(940.917,79)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	(401,91)	(39.721,75)
Provisões (aumentos/reduções)	8	(85.755,50)	
Outros rendimentos	12.11	224.049,57	151.530,27
Outros gastos	12.12	(8.941,97)	(1.065,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		166.827,78	163.954,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(124.086,37)	(110.793,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.741,41	53.661,83
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	1.889,75	2.282,42
Juros e gastos similares suportados	12.13	(10.076,34)	(11.702,82)
Resultados antes de impostos		34.554,82	44.241,43
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		34.554,82	44.241,43

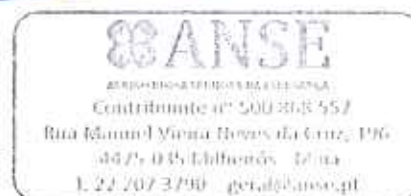
Maia, 13 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sérgio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 368 557 | Tel.: 22 207 3790 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

C. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.383.336	1.277.032
Pagamento a fornecedores		(574.433)	(476.930)
Pagamentos ao pessoal		(1.061.436)	(923.807)
Caixa gerada pelas operações		(252.533)	(173.704)
Outros recebimentos/pagamentos		261.979	336.373
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		9.446	162.669
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(34.155)	(166.823)
Ativos intangíveis		(11.107)	(738)
Investimentos financeiros		(2.972)	(1.669)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.350	1.255
Outros ativos		203.764	54.742
Subsídios ao investimento			2.282
Juros e rendimentos similares		1636	
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		159.516	(110.951)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			60.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(67.958)	(56.571)
Juros e gastos similares		(10.076)	(11.703)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(78.034)	(8.274)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		90.928	43.444
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.5	282.484	239.040
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	373.412	282.484

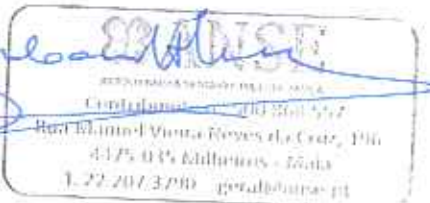
Maia, 13 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: edifício Dr. Sérgio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto
NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

D. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2017

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	1	130.456,79			639.103,31			1.383.987,95	75.768,68	2.229.316,73	2.229.316,73
2	2				75.768,68			3.392,11	(75.768,68)		
3	3				75.768,68			3.392,11	(75.768,68)	3.392,11	3.392,11
4	4								44.241,43	44.241,43	44.241,43
5	5								(31.527,25)		
6	6	130.456,79			714.871,99			1.387.380,06	44.241,43	2.276.950,27	2.276.950,27

Maia, 13 de Fevereiro de 2019
O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 553
TOC Nº 5077

A Direção

ANSE

Associação Nacional de Instituidores da Entidade Mãe

Rua de Santa Catarina, 235 | 4000-455 Porto

Tel: 22 207 37 90 | geral@anse.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 235 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM 003

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6	12.6	130.456,79	-	-	714.871,99	-	-	1.387.380,06	44.241,43	2.276.950,27	-	2.276.950,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
- Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
- Alterações de políticas contabilísticas												
- Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
7		-		-	44.241,43			(53.276,07)	(44.241,43)			
8		-		-	44.241,43			(53.276,07)	(44.241,43)	(53.276,07)	-	(53.276,07)
9=7+8									34.554,82 (9.686,61)	34.554,82	-	34.554,82
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
- Fundos												
- Subsídios, doações e legados												
- Outras operações												
10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6+7+8+10	12.6	130.456,79	-	-	759.113,42	-		1.334.103,99	34.554,82	2.258.229,02	-	2.258.229,02
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018												

Maia, 13 de Fevereiro de 2019
O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença
ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

E. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

O “Abrigo de Nossa Senhora da Esperança” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, Pessoa Coletiva nº 500 868 557 e registada pelo averbamento nº4 à inscrição nº 52/87 a fls. 127 verso do Livro nº 3 e fls. 153 do livro nº 14 das Associações de Solidariedade Social, em 17 de julho de 2015, com sede na Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, nº196, 4475-035 Milheirós Maia. Tem como atividade principal o Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A atividade de assistência à terceira idade.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade. As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL aprovadas pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

2.2 – Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3. – As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de Dezembro de 2018.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 - Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo de custo e os seguintes pressupostos:

- **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- **Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual), independentemente do momento do pagamento ou do recebimento sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas subcontas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 12.3 e 12.9) e “Diferimentos” (Nota 12.4).

- **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- **Não Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- **Informação Comparável**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo, Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.2 – Bases de Mensuração Usadas

3.2.1 – Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Taxas de Depreciação
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento administrativo	16,66%- 33,33%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e sendo as que se

encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 - Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo histórico.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 - Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil;
- Houver um mercado ativo para este ativo;
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locação, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pelo valor nominal.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor nominal. Os clientes neste caso são os "Utentes".

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado livre e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 - Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 - Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que exista a possibilidade de exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 - Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal não incluindo custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados", exceto os relacionados com a construção da nova sede que estão relevados diretamente no imobilizado.

3.2.8 - Estado e Outros Entes Públicos

A entidade tem isenção de IRC, nos termos da publicação do Diário da República, III Série, nº 152, de 4 de Julho de 1990, que abaixo se transcreve:

Declaração

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas – Isenção

De harmonia com o disposto no nº 2 do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro, declara-se que, por meu despacho de 21 de Maio de 1990, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi reconhecida ao Abrigo de Nossa Senhora da Esperança, com sede na Rua de Santa Catarina, 935 – 4000 Porto, a isenção de IRC, nos termos da alínea b) do nº 1 do referido artigo 9º, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

Categoria C – rendimentos comerciais e industriais directamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E – rendimentos de capitais, com excepção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F – rendimentos prediais; e

Categoria G – ganhos de mais-valias.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 22 de Maio de 1990. – O Subdirector-Geral, José Martins Barreiros. 1-1-11 769

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre as condições para a receber.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão registados em balanço na rubrica "Outras variações no capital próprio":

- quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciables, mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.3 – Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4 - Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeira da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

As principais fontes de incerteza consideradas pela Direção da ANSE são as seguintes:

- Os Ativos Fixos Tangíveis – poderá não se concretizar a vida útil prevista;
- As Provisões - não se concretizando as expectativas que levaram à sua constituição, terão de ser anuladas.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Ativos Fixos tangíveis						
Edifícios e outras constr.	2.951.771,98	-	-	-	-	2.951.771,98
Equipamento básico	385.557,36	32.343,60	-	-	-	417.900,96
Equipamento administrativo	47.860,02	907,04	-	-	-	48.767,06
Outros Ativos fixos tangíveis	2.660,77	-	-	-	-	2.660,77
Sub Total	3.387.850,13	33.250,64	-	-	-	3.421.100,77
Investimentos em Curso						
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.387.850,13	33.250,64	-	-	-	3.421.100,77
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras constr.	200.913,62	59.035,46	-	-	-	259.949,08
Equipamento básico	244.761,88	56.971,84	-	-	-	301.733,72
Equipamento administrativo	39.246,61	3.877,97	-	-	-	43.124,58
Outros Ativos fixos tangíveis	1.564,68	406,54	-	-	-	1.971,22
Total	486.486,79	120.291,81	-	-	-	606.778,60
Quantia Escriturada	2.901.363,34	(87.41,17)				2.814.322,17

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Ativos Fixos tangíveis						
Edifícios e outras constr.	2.829.044,16	122.727,82	-	-	-	2.951.771,98
Equipamento básico	341.375,85	44.181,51	-	-	-	385.557,36
Equipamento administrativo	44.293,82	3.566,20	-	-	-	47.860,02
Outros Ativos fixos tangíveis	1.866,55	794,22	-	-	-	2.660,77
Sub Total	3.216.580,38	171.269,75	-	-	-	3.387.850,13
Investimentos em Curso						
Ativos fixos tangíveis em curso	4.406,50	118.321,32	-	122.727,82	-	-
Total	3.220.986,88	289.591,07	-	122.727,82	-	3.387.850,13
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras constr.	114.128,17	56.785,45	-	-	-	200.913,62
Equipamento básico	200.562,28	44.199,60	-	-	-	244.761,88
Equipamento administrativo	33.284,98	5.961,63	-	-	-	39.246,61
Outros Ativos fixos tangíveis	628,66	936,02	-	-	-	1.564,68
Total	378.604,09	107.882,70	-	-	-	486.486,79
Quantia Escriturada	2.842.382,79	181.708,37	-	122.727,82	-	2.901.363,34

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 126 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC: 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

Propriedades de Investimento

No que concerne aos “Edifícios e Outras Construções” os movimentos ocorridos, no período de 2018, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições	Alienações	Amortizações	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2018
Propriedade Investimento Rua Falcão	82.643,13	-	(82.643,13)	-	-	0
Propriedade Investimento Rua Monte Campanha	18.934,37	-	(18.934,37)	-	-	0
Total	101.577,50	-	(101.577,50)	-	-	0

As propriedades sitas na Rua do Falcão e na Rua Monte de Campanha foram alienadas em janeiro de 2018, pelo valor total de 220.000,00€, com um custo da imobiliária de 16.236,00€.

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições	Alienações	Amortizações	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2017
Propriedade Investimento Rua Falcão	82.643,13	-	-	-	-	82.643,13
Propriedade investimento Rua Monte Campanha	18.934,37	-	-	-	-	18.934,37
Total	101.577,50	-	-	-	-	101.577,50

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Ativos Fixos Intangíveis						
Programas de Computador	7.702,63	11.106,90	-	-	-	18.809,53
Total	7.702,63	11.106,90	-	-	-	18.809,53
Amortizações acumuladas						
Programas de Computador	4.739,36	3.794,56	-	-	-	8.533,92
Total	4.739,36	3.794,56	-	-	-	8.533,92
Quantia Escriturada	2.963,27	2.687,66	-	-	-	10.275,61

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Ativos Fixos Intangíveis						
Programas de Computador	6.964,63	738,00	-	-	-	7.702,63
Total	6.964,63	738,00	-	-	-	7.702,63
Amortizações acumuladas						
Programas de Computador	2.328,93	2.410,43	-	-	-	4.739,36
Total	2.328,93	2.410,43	-	-	-	4.739,36
Quantia Escriturada	4.635,70	(1672,43)	-	-	-	2.963,27

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	109.370,69	208.650,80	318.021,49	60.000,00	325.979,19	385.979,19
	-	-	-	-	-	-
Total	109.370,69	208.650,80	318.021,49	60.000,00	325.979,19	385.979,19

Empréstimos Bancários

Descrição	2018		2017	
	Capital	Total	Capital	Total
Até um ano	109.370,69	109.370,69	60.000,00	60.000,00
De um a cinco anos	208.650,80	208.650,80	325.979,19	325.979,19
Mais de cinco anos	-	-	-	-
Total	318.021,49	318.021,49	385.979,19	385.979,19

7. Réditos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	1.366.005,21	1.225.662,99
Quotas e Joias	1.056,00	1.092,00
Juros obtidos	1889,75	7.287,42
Total	1.368.950,96	1.229.037,41

8. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Processos judiciais em curso	75.200,00	5.996,50	28.100,00	53.096,50
Outras provisões	3.000,00	107.859,00	-	110.859,00
Total	78.200,00	113.855,50	28.100,00	163.955,50

Provisões específicas do sector	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---

Neste ano de 2018 foi feita uma diminuição das provisões em:

- **Processos Judiciais**
Custas Judiciais – 28.100,00€

Neste ano de 2018 foi feito um aumento das provisões em:

- **Processos Judiciais**
Honorários com processos de cobrança duvidosa – 3.382,50€
Processo CMP (Rua Falcão) – 2.614,00€
- **Outras Provisões**
Segurança Social Proc. 16224 – 2.738,00€
Segurança Social Proc. 49806 – 5.738,00€
Outras com afetação especial – 99.383,00€

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
CRSSNORTE-SERV SUB REGIONAL PORTO	275.692,20	269.128,53
IEFP	15.130,23	22.692,93
	-	-
Total	290.822,43	291.821,46

10. Benefícios dos Empregados

O número de membros do Órgão Diretivo, no período de 2018, foi de "5" (cinco), sendo composto pelo Presidente da Direção, Vice-Presidente, pelo Secretário, pelo Tesoureiro e pelo Vogal.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "76" (setenta e seis) e em 31/12/2017 foi de "72" (setenta e dois).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários e Órgãos Sociais foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	48.894,60	42.974,64
Remunerações ao Pessoal	813.000,93	719.337,83
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	5.284,35	4.208,69
Encargos sobre as Remunerações	179.572,45	157.902,46
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	19.092,28	12.431,95
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	6.378,74	3.962,22
Total	1.072.223,35	940.917,79

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

11. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12. Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes rubricas financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 - Investimentos Financeiros

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias		
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas		
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas		
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Investimentos Financeiros		
Outros	9.235,97	6.264,12
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	9.235,97	6.264,12

Os Outros Investimentos Financeiros, no valor de 9.235,97€ referem-se ao Fundo de Compensação de Trabalho.

12.2 - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “*Clientes e Utentes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	797,97	2.187,84
Clientes	-	-
Utentes	797,97	2.187,84
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	53.046,12	63.313,05
Clientes	-	-
Utentes	53.046,12	63.313,05
Perdas por Imparidade	(53.046,12)	(63.313,05)
Por Dívida Clientes	-	-
Por Dívidas Utentes	(53.046,12)	(63.313,05)
Total	797,97	2.187,84

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvia Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia

Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto

NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt

modelo ADM-003

Reforço e Reversões de Perdas por Imparidade do período

Descrição	2018	2017
Em dívidas a receber por clientes	-	-
Em dívidas a receber por Utentes	(401,91)	(39.721,75)
Total	(401,91)	(39.721,75)

12.3 - Outras Contas a Receber

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos ao pessoal	-	626,88	-	80,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos :				
- Restituição Iva	-	10.556,47	-	-
- Juros	-	253,47	-	-
Outros Devedores	-	548,61	-	415,00
Perdas por Imparidade	-	-	-	-
Total	-	11.985,43	-	495,00

Nos "Devedores por acréscimos de rendimentos, foram considerados a Restituição de IVA dos meses de 2018, bem como os Juros obtidos de Depósitos a Prazo relativos ao ano de 2018, mas só recebidos em 2019.

12.4 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Diferimento de despesas :		
- Seguros	2.350,96	2.457,73
- Rendas	1.549,58	1.531,96
Outros custos Diferidos	881,96	-
...	-	-
Total	4.782,50	3.989,69
Rendimentos a reconhecer		
Receitas c/proveitos *	170.657,76	220.501,28
Outros Rendimentos Diferidos	-	-
...	-	-
Total	170.657,76	220.501,28

* O valor de 170.657,76€, resulta da execução de duas garantias bancárias emitidas pela empresa Habitâmega, SA.

12.5 - Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Descrição	2018	2017
Caixa	650,00	600,00
Depósitos à ordem	2.495,47	53.883,89
Depósitos a prazo **	370.266,88	228.000,00
Outros	-	-
Total	373.412,35	282.483,89

** Deste valor, 170.000,00€ diz respeito ao valor recebido pelas garantias bancárias, referidas no ponto anterior. Valor esse, que se encontra em depósito a prazo enquanto não estiver resolvido o litígio que corre em tribunal.

12.6 - Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	130.456,79	-	-	130.456,79
Resultados transitados	714.871,99	44.241,43	-	759.113,42
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.387.380,06	-	53.276,07	1.334.103,99
Total	2.232.708,84	44.241,43	53.276,07	2.223.674,20

O valor referente à coluna das "Diminuições", que apresenta um total de 53.276,07€, refere-se ao rendimento reconhecido no período relativo ao subsídio ao investimento, apurado proporcionalmente às depreciações dos bens subsidiados.

12.7 - Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	31.651,17	58.301,65
Total	31.651,17	58.301,65

12.8 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	48,30	1.916,49
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.744,62	4.767,72
Segurança Social	19.363,17	18.129,16
Fundo Compensação Trabalho	415,96	359,10
Total	25.572,05	25.172,47

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sílvio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4175-035 Milhelrós - Maia
Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000 455 Porto

NIPC: 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
modelo ADM-003

12.9 - Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	-	6.208,09	-	6.827,45
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	904,67
Credores por acréscimos de gastos:				
- Remunerações a Liquidar	-	132.968,72	-	121.014,69
- Outros acréscimos	-	1.120,01	-	5.630,43
Outros credores:				
- Cauções de utentes	-	107.978,55	-	101.842,55
- Sinal contrato promessa compra e venda (alienação imóveis)	-	-	-	20.000,00
Total	-	248.275,37	-	256.219,79

12.10 - Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte (registadas as 6 maiores rubricas):

Descrição	2018	2017
Subcontratos	255.147,73	239.967,82
Serviços especializados	123.795,43	129.330,34
Materiais	30.887,02	24.526,43
Energia e fluidos	70.188,06	62.262,50
Deslocações, estadas e transportes	9.319,28	7.990,53
Serviços diversos	58.445,18	60.369,60
	-	-
Total	547.782,70	524.447,22

12.11 - Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	6.837,02	5.079,99
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros:		
- Sinistros	2.350,00	1.255,00
- Alienação de património	102.186,50	-
Outros rendimentos e ganhos:		
- Correções Exercício Anterior	-	2.025,60
- Imputação Subsídios	53.276,07	51.349,64
- Donativos	30.427,05	37.471,45
- Restituição Impostos IVA	27.075,08	11.893,99
- Penalizações contrato	-	40.950,00
- Outros	1.897,85	1.504,60
Total	224.049,57	151.530,27

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

12.12 - Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.055,05	566,55
Outros Gastos e Perdas:		
- Correções Exercícios Anteriores	7.388,92	-
Quotas	498,00	498,00
- Outros	-	0,45
Total	8.941,97	1.065,00

12.13 - Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.512,31	8854,77
Outros gastos e perdas de financiamento	2.564,03	2.848,05
Total	10.076,34	11.702,82
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.889,75	2.282,42
Total	1.889,75	2.282,42
Resultados financeiros	(8.186,59)	(9.420,40)

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 serão analisadas e votadas na Assembleia Geral no dia 23 de Março de 2019.

Maia, 13 de Fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Proença

ISABEL MARIA PROENÇA
NIF: 210 742 950
TOC Nº 5077

A Direção



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

Sede: Edifício Dr. Sérgio Carvalho de Oliveira | Rua Manuel Vieira Neves da Cruz, 196 | 4475-035 Milheirós - Maia
 Delegação: Edifício D. Maria José Novais | Rua de Santa Catarina, 935 | 4000-455 Porto
 NIPC 500 868 557 | Tel.: 22 207 37 90 | geral@anse.pt | www.anse.pt
 modelo ADM-003